

O	PM
T	OO
E	eD
M	OO

256

# O TEMPO E O MODO

1969

Nº

74

DEZEMBRO  
nova série



Discutem-se  
as eleições

Para onde vão  
os economistas  
portugueses?

Sobre arte e  
política

América  
América



o governo de favoritismo em relação a determinadas forças, ocultas por detrás da Matesa.

Os ataques, porém, não provêm apenas dos falangistas. O próprio Vilá Reyes levanta acusações que visam directamente os membros da equipa económica governamental. Mas porquê também Vilá Reyes.

O correspondente em Barcelona do semanário italiano *Settegiorni* propõe duas hipóteses:

— Os «tecnocratas» fecharam os créditos à Matesa para permitir ao capital americano, presente em Espanha, encontrar oportunidades convidativas de investimento;

— Os falangistas, nacionalistas, republicanos e anti-americanos trouxeram o caso à luz do dia para obstar à escalada dos capitais americanos na Matesa e denunciar uma política económica baseada na livre circulação de capitais estrangeiros e na subvenção às exortações.

As duas hipóteses são válidas e não se excluem. Aliás, despoletado por uns ou por outros o caso Matesa, é de crer que a partida foi ganha pelos «tecnocratas» da Opus Dei como no-lo mostra a remodelação ministerial de 29 de Outubro último a que acima já se fez uma breve referência.

#### DEPOIS DA MATESA

Os espanhóis interrogam-se sobre as causas de uma «catástrofe» financeira deste tipo. Como será possível que, sob a protecção das entidades públicas, uma empresa privada utilize, ilicitamente, dinheiros públicos? Onde está a tão decantada função social (da propriedade privada) garantida pela Administração?

O editorialista de *Cuadernos para el diálogo* reconhece a inexistência de controle político para os actos do poder executivo concluindo, pois, a verificar-se uma inalteração da lei constitucional (nós acrescentaríamos das actuais estruturas) que se torna difícil obviar à repetição de casos como aquele de que a Matesa é exemplo.

LUÍS FILIPE SABINO

## um sindicalismo de falcões

Os principais dirigentes da grande central sindical dos Estados Unidos A. F. L. - C. I. O. têm alinhado nos últimos anos entre os mais persistentes defensores das posições do governo americano relativas à guerra do Vietname. Os sucessivos congressos anuais fazem questão de declarar publicamente o seu apoio ao esforço de guerra. O conselho executivo daquela central felicitava, em Agosto de 66, o presidente Johnson por «ter provado ao mundo» que o seu país não era «nem vacilante do ponto de vista político, nem fraco do de vista militar». E ainda muito recentemente a organização sindical manteve-se totalmente à margem do

movimento que conduziu ao dia nacional de protesto contra a guerra — o *Moratorium Day* — em 15 de Outubro, manifestando-lhe mesmo a sua hostilidade. Embora constituindo um suporte tradicional do Partido Democrático, a A. F. L. — C. I. O. está inteiramente ao lado do presidente Nixon, no que diz respeito à política vietnamiana: o seu próprio presidente, George Meany, é um notório «falcão» e obcecado anti-comunista.

«Constatamos com satisfação que a Flórida é o quartel-general de inverno do movimento sindicalista deste país!» Com estas palavras o governador do Estado racista da Flórida, Ferris Bryant, acolheu no quadro sumptuoso de um hotel de luxo de Bal Harbour, há alguns anos, os mil delegados ao 4.º congresso da A. F. L. — C. I. O. (American Federation of Labour-Congress of Industrial Organisations, a central unificada da quase totalidade dos sindicatos americanos).

Se tivermos em conta que os dirigentes sindicais dispõem de vencimentos que variam entre 10.000 e 50.000 dólares (290 a 1450 contos anuais) enquanto que, por exemplo, o vice-presidente dos Estados Unidos recebia, ao tempo de Johnson, 30.000 e o *mayor* de Nova York 20.000, formaremos uma primeira ideia daquilo a que se convencionou chamar o *Big Labor*, por analogia com essa outra poderosa máquina que é o seu permanente interlocutor, ou seja o *Big Business*. Dizemos interlocutor, e não adversário — como pareceria mais correcto — porque, de facto, essa palavra exprime com maior exactidão a natureza das relações existentes. Dave Mc Donald, presidente até 1965 da United Steel Workers, declarou um dia num congresso da sua central: «Sabemos que os lucros são necessários para proporcionar retribuição aos investigadores e meios para o progresso. Sabemos que a estabilidade é importante para que uma companhia possa programar o futuro. Sabemos igualmente que o trabalhador deve sentir que está recebendo um salário justo e que, também ele, pode programar o futuro. O reconhecimento de que cada um de nós (dirigentes sindicais e dirigentes de empresa) tem um papel a desempenhar e de que, juntos, podemos progredir, é a chave da nossa prosperidade futura». Outra das figuras fundamentais do sindicalismo americano, John Lewis (o impulsionador da criação do C. I. O., em 1935), após afirmar que o sindicato, tal como a sociedade anónima, é «um fenómeno capitalista», constava que «o fim económico é o mesmo para uma e para outra: o ganho».

Alguns números para completar o quadro: em 1967 existiam nos E. U. A. cerca de 17 milhões de sindicalizados — o que, aliás, representava pouco mais de 20% da população assalariada, percentagem que tem vindo a decrescer nos últimos anos. O número de sindicatos locais ascendia a 80.000, dependentes de 200 organizações profissionais. Os activos de todas estas organizações atingiam, em conjunto, uma verba superior a 1 bilião de dólares (cerca de 30 milhões de contos), incluindo importantes investimentos, não só de carácter social — alojamentos, hospitais, obras sociais diversas —, mas também participações no capital de numerosas empresas privadas, uma cadeia de tele-

visão, etc. As caixas de greve dispunham de fundos no montante de várias centenas de milhões de dólares.

Sem dúvida o sindicalismo mais rico do mundo (só lhe sendo comparáveis, mas em valor relativo, os sindicalismos alemão e, sobretudo, o sueco) ele é um agente por excelência daquilo a que Galbraith chama o «poder compensador», contribuindo para o equilíbrio económico global, com eficácia variável segundo as flutuações da conjuntura. É com um movimento sindical deste tipo que sonham os teóricos do neo-capitalismo, que o designam com propriedade como um *business unionism*. Comparando-o ao sindicalismo francês, diz por exemplo, a revista *Entreprise*: «Entre o sindicalismo de contestação, tão caro a numerosos sindicalistas franceses, e o sindicalismo de participação, os sindicatos americanos já fizeram a sua escolha. Eles procuram e praticam a cooperação, na medida mesma, diga-se, em que as relações de força os colocam em posição favorável face ao patronato e ao governo. Para o patronato, como para o governo, uma tal situação oferece muito interesse».

Convém, contudo, não esquecer que uma análise mais aprofundada do sindicalismo americano mostraria que toda a sua história — e o contexto actual confirma-o uma vez mais, com a cisão de algumas grandes federações industriais que, nomeadamente, apoiaram o movimento de protesto contra a guerra do Vietname — tem sido fértil de conflitos internos, de que uma aparência monolítica, uma burocratização asfíxiante ou a prosperidade que possa deduzir-se de números como os acima citados, apenas servem para mascarar a importância, a olhos superficiais.

Se é certo que, nos últimos anos, os porta-vozes mais combativos da contestação social têm sido os movimentos da revolta negra e os da juventude intelectual, há que ter em conta, como diz Daniel Guérin no seu livro *Le mouvement ouvrier aux États-Unis*, que «o ramo mais activo do Labor, o das federações industriais, em que se manifesta um novo despertar do militantismo de base, ainda não disse a última palavra».

JOÃO MARTINS PEREIRA

## a música é o nosso ofício

Num oitavo andar um mundo maravilhoso da música, diferente de tudo quanto conhece, espera por si. Suba ACIMA a um ambiente calmo, confortável, longe do bulício das

ruas e das lojas e experimente ouvir cinco séculos de arte em aparelhagem estereofónica de alta fidelidade nas melhores condições de quietude. Da música medieval às diversas escolas de vanguarda, da ópera ao folclore, do Renascimento às obras literárias de todas as épocas, ao jazz e ao folk, de tudo quanto o disco gravou, um pouco estará à sua disposição na nossa casa. A GUILDA DA MÚSICA não é «mais uma discoteca». É apenas uma maneira nova de vender música, uma maneira inédita de lhe ser útil. Utilize os nossos catálogos, o nosso Boletim e de alguma maneira a nossa experiência há-de ser lucrativa para si.



**GUILDA DA MÚSICA**

Tomás Ribeiro, 43 - 8<sup>o</sup> Esq. / Lisboa - I / Telef. 5 88 18

(Metro: Picoas)

